

Informe Macroeconômico

29/04 a 03/05/2024 - Ano 4 | Nº 133



Destaques

- Paraíba é destaque no volume de vendas do Comércio em Fevereiro de 2024:** O volume de vendas do Comércio Varejista restrito no Brasil cresceu 8,2% em Fevereiro de 2024 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, segundo dados do IBGE. No Comércio Varejista Ampliado que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças, Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas apresentou crescimento do volume de vendas de 9,7% na mesma comparação. A Paraíba teve destaque nas duas comparações com crescimento do volume de vendas de 19,6% e de 17,7% no volume do comércio ampliado.
- Indústria do Rio Grande do Norte é destaque nacional:** No 1º bimestre de 2024, a indústria nacional registrou crescimento em todos os 18 locais pesquisados pelo IBGE. Na área de atuação do BNB, com disponibilidade de dados para 7 estados, o destaque ficou com o Rio Grande do Norte que cresceu 71,5%, melhor desempenho nacional. Em seguida aparecem Ceará (8,8%), Bahia (7,1%), Espírito Santo (6,2%), Minas Gerais (5,8%), Pernambuco (3,2%) e Maranhão (1,7%).
- Nordeste registra inflação de 0,32% em março:** O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de março registrou alta de 0,16%, 0,67 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de 0,83% registrada em fevereiro. O IPCA da Região Nordeste (+0,32%) foi duas vezes o índice nacional. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, seis anotaram alta em março.
- Desempenho Fiscal do Governo Federal no Primeiro Bimestre de 2024:** O desempenho fiscal do Governo Federal apresentou um superávit primário de R\$ 20,9 bilhões no acumulado dos dois primeiros meses de 2024, bem abaixo do resultado obtido no mesmo período de 2023 (R\$ 38,3 bilhões). No entanto, quando se considera apenas o mês de fevereiro, as contas do Governo Federal fecharam com um déficit elevado, de R\$ 58,4 bilhões, o maior já registrado para este mês desde o início da série histórica, em 1997, o que pode ser considerado um resultado atípico, tendo em vista que incluiu a antecipação do pagamento de precatórios previsto para o ano todo, cujo montante de desembolso nesse mês alcançou o valor de R\$ 30 bilhões.

Projeções Macroeconômicas - Boletim Focus - consulta realizada 23/04/2024

Mediana - Agregado - Período	2024	2025	2026	2027
IPCA (%)	3,73	3,60	3,50	3,50
PIB (% de crescimento)	2,02	2,00	2,00	2,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,00	5,05	5,10	5,10
Meta Taxa Selic - fim de período (% a,a)	9,50	9,00	8,50	8,50
IGP-M (%)	2,00	3,72	3,85	3,73
Preços Administrados (%)	4,03	3,93	3,50	3,50
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	-32,10	-40,00	-41,20	-38,50
Saldo da Balança Comercial (US\$ Bilhões)	80,00	75,00	77,50	75,00
Investimento Direto no País (US\$ Bilhões)	67,27	73,50	80,00	78,00
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	63,85	66,40	68,00	69,70
Resultado Primário (% do PIB)	-0,70	-0,60	-0,50	-0,23
Resultado Nominal (% do PIB)	-6,80	-6,26	-5,92	-5,50

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Allisson David de Oliveira Martins. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso e Wellington Santos Damasseno. Célula de Gestão de Informações Econômicas. Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves. Equipe Técnica: Projeto Gráfico/Diagramação: Gustavo Bezerra Carvalho, Revisão Vernacular: Hermanto José Pinho. Estagiário: Jose Wilker de Sousa Martins. Jovem Aprendiz: Maria Eduarda Rodrigues Borges e Pedro Ícaro Borges de Souza.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Paraíba é destaque no volume de vendas do Comércio em Fevereiro de 2024

O volume de vendas do Comércio Varejista restrito no Brasil cresceu 8,2% em Fevereiro de 2024 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Comércio Varejista Ampliado que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças, Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas apresentou crescimento de 9,7% na mesma comparação.

Dentre os grupos de atividades pesquisadas e analisadas para o Brasil, os maiores crescimentos foram verificados em Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+18,5%) e em Veículos, motocicletas, partes e peças (+16,6%).

Em relação aos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Paraíba (+19,6%), Maranhão (+12,6%), Alagoas (+12,6%), Bahia (+12,0%), Ceará (+10,7%), Piauí (+8,5%) e Pernambuco (+8,3%) registraram crescimento acima da média nacional (+8,2%) para o comércio varejista restrito em Fevereiro de 2024 na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Quanto ao comércio varejista ampliado, os destaques positivos na mesma comparação foram: Paraíba (+17,7%) e Maranhão (+14,5%).

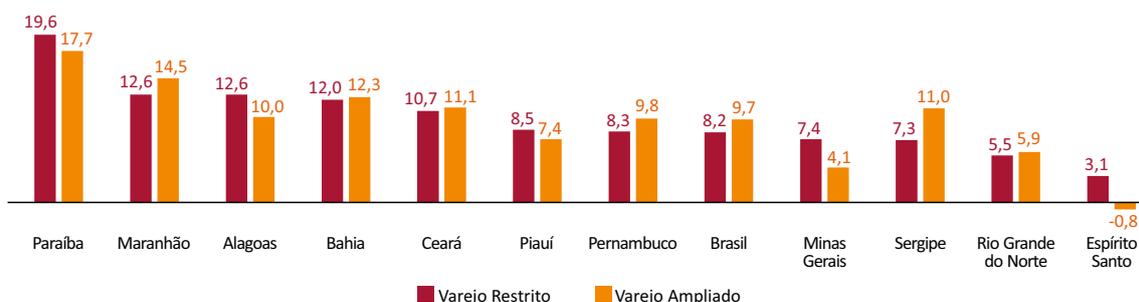
Dentre os cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste na qual são analisadas as atividades, as que apresentaram maiores destaques positivos em Fevereiro foram Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação em Minas Gerais (+94,3%) e na Bahia (+27,7%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico em Minas Gerais (+35,7%) e no Espírito Santo (+30,4%).

Na mesma comparação, os resultados negativos em destaque foram registrados em Livros, jornais, revistas e papelaria no Ceará (-47,3%), Material de construção no Espírito Santo (-39,6%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação em Pernambuco (-22,9%).

Segundo nota do IBGE à imprensa, na passagem de janeiro para fevereiro, as vendas no comércio varejista no País aumentaram 1,0% e atingiram o maior patamar da série histórica iniciada em janeiro de 2000. É a segunda alta consecutiva, após o índice ter registrado crescimento de 2,8% em janeiro. A última vez que o varejo registrou dois meses consecutivos de alta foi em setembro de 2022 (0,5% em agosto e 0,7% em setembro).

Observa-se uma mudança de foco de consumo nos últimos meses que passa de um cenário de orçamento mais restrito, concentrado em produtos básicos, para um momento com mais espaço para que haja consumo de outros tipos de produtos. Tal cenário tem relação com o aumento do crédito, em virtude da diminuição da taxa básica de juros, assim como crescimento da massa de rendimento real e da população ocupada.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e Estados selecionados - Fev 2024/Fev 2023



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC Fevereiro 2024,

Tabela 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados - Fevereiro 2024/mesmo mês ano anterior.

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	8,2	10,7	8,3	12,0	7,4	3,1
Combustíveis e lubrificantes	-0,2	13,2	5,9	6,0	-13,2	5,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	9,6	11,4	8,4	14,8	8,3	5,6
Hipermercados e supermercados	10,2	12,9	12,0	15,9	9,2	1,2
Tecidos, vestuário e calçados	-0,5	2,0	-10,6	2,5	-0,3	-0,9
Móveis e eletrodomésticos	3,7	2,7	11,3	4,6	-1,5	-9,1
Móveis	5,5	4,7	8,7	6,9	9,2	8,9
Eletrodomésticos	3,7	4,2	12,4	3,0	-5,3	-11,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	18,5	17,9	16,2	14,8	20,4	24,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-6,0	-47,3	-4,7	-15,9	-9,7	1,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	10,5	-11,8	-22,9	27,7	94,3	-3,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	9,6	11,3	11,6	20,7	35,7	30,4
Comércio varejista ampliado	9,7	11,1	9,8	12,3	4,1	-0,8
Veículos, motocicletas, partes e peças	16,6	11,9	21,0	12,4	13,4	14,3
Material de construção	5,0	19,8	2,6	24,1	8,0	-39,6
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	10,1	7,3	4,2	9,3	-14,4	4,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC Fevereiro 2024

Indústria do Rio Grande do Norte é destaque nacional

O primeiro bimestre de 2024 foi, até certo ponto, de alívio para a indústria nacional. Comparada com igual período de 2023, registrou crescimento em todos os 18 locais pesquisados pelo IBGE. Na área de atuação do BNB, com disponibilidade de dados para 7 estados, o destaque ficou com o Rio Grande do Norte que cresceu 71,5%, melhor desempenho nacional. Em seguida aparecem Ceará (8,8%), Bahia (7,1%), Espírito Santo (6,2%), Minas Gerais (5,8%), Pernambuco (3,2%) e Maranhão (1,7%), único abaixo da média da Região Nordeste (2,3%).

A indústria do Rio Grande do Norte cresceu 71,5% no 1º bimestre de 2024 e garantiu o melhor desempenho nacional. O crescimento foi influenciado, principalmente, pelo comportamento positivo (173,3%) do setor de derivados do petróleo e biocombustíveis (óleo diesel e gasolina automotiva). O IBGE aponta que este grande avanço pode ser explicado pela baixa base de comparação. Houve grande desaceleração na produção quando a Petrobras anunciou seu programa de desinvestimento de poços maduros. Estes, contudo, foram adquiridos por operadoras privadas independentes que, conforme análise do presidente da FIERN, reativaram a atividade petrolífera e toda uma cadeia de fornecedores indiretamente impactados. Por outro lado, chama atenção a retração na indústria extrativa (-65,4%), em especial, óleos brutos de petróleo, sal e gás natural.

A indústria do Ceará, 4º melhor desempenho nacional no bimestre (8,8%), cresceu sobre uma reduzida base de comparação (-3,4% no 1º bimestre de 2023). Foi puxada, principalmente, por couro e calçado (27,9%) e vestuário (39,2%).

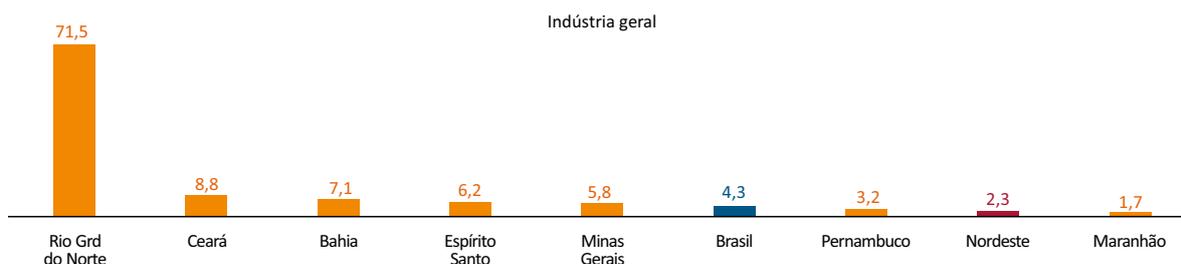
A indústria da Bahia cresceu 7,1% no acumulado do ano, também favorecida pela base reduzida (-8,4% no 1ºBi/2023). Refletiu o aumento na indústria extrativa (41,0%) e de transformação (5,5%), puxada por refino e biocombustível (14,7%, gasolina automotiva, óleo diesel, querosenes de aviação).

Em Pernambuco (3,2%), a indústria ainda cresceu acima da média regional (2,3%) no primeiro bimestre, principalmente puxada por máquinas e materiais elétricos (42,5%), veículos automotores (5,1%), e derivados do petróleo (3,3%). De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), dois fatores podem explicar esse crescimento: o carnaval, no mês de fevereiro, que naturalmente movimentou toda a economia de Pernambuco, inclusive a indústria; e os reflexos da redução na taxa de juros que incentiva consumo e produção.

O Maranhão (1,7%) registrou a menor taxa de crescimento do bimestre, dentre os locais pesquisados, contudo este crescimento, aparentemente reduzido, ganha importância tendo em vista que se deu sobre uma base de comparação já elevada (9,2%, no 1º bimestre de 2023). O resultado deve-se, em grande parte, à indústria extrativa (13,2%).

Os resultados em Minas Gerais (5,8%) e Espírito Santo (6,2%) foram bastante influenciados pelo desempenho bimestral da indústria extrativa (12,7% e 8,3%, respectivamente). Mas também contaram com crescimento na indústria de transformação (3,2% e 2,3%, respectivamente).

Gráfico 1 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil, Nordeste e Estados da área de atuação do BNB – Acumulado janeiro-fevereiro de 2024 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE.

Tabela 1 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades – Brasil, Nordeste e Estados da área de atuação do BNB – Acumulado de janeiro-fevereiro de 2024 (Base: igual período do ano anterior).

	Brasil	Nordeste	Maranhão	Ceará	Rio Grd do Norte	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Indústria geral	4,3	2,3	1,7	8,8	71,5	3,2	7,1	5,8	6,2
Indústrias extrativas	6,1	-8,6	13,2	-	-65,4	-	41,0	12,7	8,3
Indústrias de transformação	4,0	2,8	0,3	8,8	107,6	3,2	5,5	3,2	2,3
Produtos alimentícios	6,0	1,9	5,8	0,9	-29,4	1,2	2,4	4,8	2,7
Bebidas	8,7	7,6	12,2	20,7	-	-3,6	7,5	12,8	-
Produção de fumo	13,5	-	-	-	-	-	-	6,6	-
Produtos têxteis	1,6	-6,7	-	-11,4	-	-	-	-	-
Confecção de vestuário e acessórios	-1,5	10,5	-	39,2	5,6	-	-	-	-
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	7,9	8,6	-	27,9	-	-	8,1	-	-
Celulose, papel e produtos de papel	16,1	1,4	2,0	-	-	7,4	0,4	7,1	2,5
Coque, derivados do petróleo e de biocombustíveis	3,8	9,6	-	5,8	173,3	3,3	14,7	-5,6	-
Produtos químicos	2,3	-3,0	-	-47,4	-	3,6	1,5	0,2	-
Produtos de borracha e de material plástico	8,1	5,4	-	-	-	3,0	9,1	-4,1	-
Produtos de minerais não metálicos	2,8	0,2	2,2	5,6	-	0,3	-8,3	6,0	3,5
Metalurgia	-16,4	-14,8	-5,9	42,2	-	-16,8	-18,3	6,1	1,5
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	3,2	-4,0	-	16,7	-	-11,1	-	19,3	-
Máquinas, aparelhos, materiais elétricos	2,8	3,5	-	0,4	-	42,5	7,0	19,0	-
Máquinas e equipamentos	1,7	-	-	-	-	-	-	-10,8	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	0,2	0,6	-	-	-	5,1	-	-4,5	-
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	16,7	-	-	-	-	84,2	-	-	-

Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE.

Nordeste registra inflação de 0,32% em março

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de março teve alta de 0,16%, 0,67 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de 0,83% registrada em fevereiro. No ano, o IPCA acumula alta de 1,42% e, nos últimos 12 meses, de 3,93%, abaixo dos 4,50% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em março de 2023, a variação havia sido de 0,71%. O IPCA da Região Nordeste (+0,32%) foi duas vezes o índice nacional. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, seis tiveram alta em março. A maior variação (0,78%) e o maior impacto (0,18 p.p.) vieram de Alimentação e bebidas. Na sequência, veio o grupo Saúde e cuidados pessoais (0,54% e 0,08 p.p.). No campo negativo, destaca-se a queda em Artigos de residência (-0,22% e -0,01 p.p. e Transportes (-0,07% e -0,01 p.p.). Os demais grupos ficaram entre o -0,06% de Comunicação e o 0,31% de Vestuário. Em março de 2023, o índice regional foi +0,44%.

São Luís (+0,81%) tem o maior IPCA entre as capitais pesquisadas. Aracaju (+0,5%) é a terceira, Recife (+0,33%) e Fortaleza (+0,28%), a quarta e quinta. Elas puxaram o IPCA regional, que é o segundo maior no mês, entre as Regiões. O Norte (+0,50%) superou com sobras. A menor variação foi no Sul (-0,05%), seguido pelo Sudeste (+0,14%).

No mês, os dois grupos com maiores impactos, no índice nacional, são os mesmos do índice regional. No Brasil, Alimentação e bebidas e Saúde e cuidados pessoais, respondem por 105,6% do índice nacional, e por 83,6% do IPCA nordestino.

O grupo Alimentação e bebidas tem suas maiores variações no tomate (+31,5%), hortaliças (+8,5%), banana prata (+8,5%), pescados (+3,8%), aves e ovos (+1,9%) e lanches (+1,1%). Produtos farmacêuticos (+0,9%) e planos de saúde (+0,8%), são as principais variações em Saúde e cuidados pessoais. No sentido inverso, Artigos de residência (-0,2%) e Transportes (-0,1%) tiveram deflação. No segundo, a maior queda foi em passagens aéreas (-10,1%), mas a gasolina continuou a subir (+1,2%). A única redução neste combustível foi em Fortaleza (-1,7%), mas não compensou as variações em Recife (+4,1%) e Aracaju (+2,1%).

No ano, o IPCA regional já acumula +1,73%. São Luís (+2,96%) e Aracaju (+2,34%) ocupam as primeiras posições nas capitais pesquisadas. Fortaleza (+1,81%) e Recife (+1,7%) têm a quinta e a sétima posições, respectivamente. Salvador (+1,26%) tem o menor IPCA no ano, na Região.

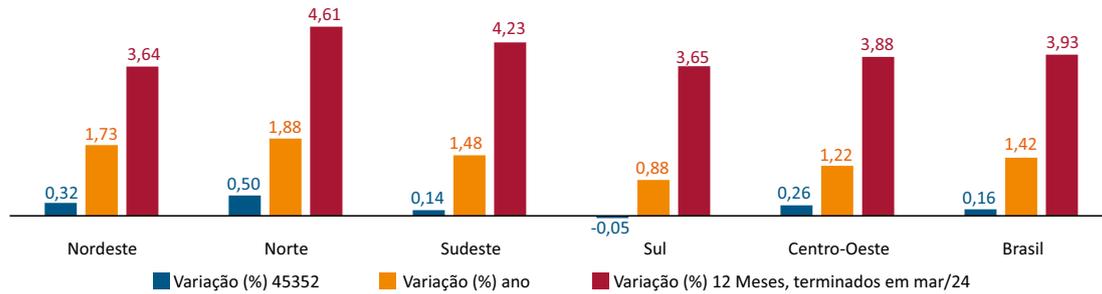
Os principais grupos que geraram impactos, tanto no índice nacional (+1,42%) quanto no regional (+1,73%) foram Alimentação e bebidas, Saúde e cuidados pessoais e Educação. São responsáveis por 84,4% do IPCA brasileiro e por 83,4% do nordestino.

Os maiores impactos no grupo Alimentação e bebidas, vieram do arroz (+10,4%), feijão mulatinho (+6,7%), tomate (+29,3%), açúcares e derivados (+3,7%), hortaliças (+19,9%), banana prata (+25,8%), aves e ovos (+4,2%), refeição (+1,5%) e lanche (+1,5%). Produtos farmacêuticos (+2,9%), planos de saúde (+2,3%) e higiene pessoal (+1,9%), são os destaques do grupo Saúde e cuidados pessoais. Em Educação, o grupo pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, aumentou, em média, 8,4% no ano.

Em doze meses, terminados em março de 2024, o IPCA regional (+3,64%) é menor que a média nacional (+3,93%). O índice regional é o menor entre as Regiões. Os quatro grupos que mais impactaram o índice nacional (Alimentação e bebidas, Habitação, Transportes e Saúde e cuidados pessoais), são os mesmos do índice regional.

Dado que apresentamos abaixo a Tabela com os impactos em cada capital nordestina, Região e Brasil, em doze meses terminados em março, cita-se apenas as principais variações em cada grupo: Alimentação e bebidas – banana prata (+28,2%) e arroz (+6,0%). Cabe destacar a redução na carne (-9,7%) e no óleo de soja (-19,5%). Habitação – aluguel e taxas (+7,3%) e energia elétrica residencial (+5,2%). Transportes – transporte público (+5,6%), passagem aérea (+13,7%) e veículo próprio (+3,2%) e gasolina (+2,5%). Os destaques no grupo Saúde e cuidados pessoais são dos produtos farmacêuticos (+9,5%), serviços médicos e dentários (+5,6%), planos de saúde (+10,2%) e higiene pessoal (+1,9%).

Gráfico 1 – IPCA (%) – Brasil e Regiões – março de 2024, ano e em doze meses



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).

Tabela 1 – IPCA (%) e Impactos por Grupo Pesquisado (p.p) – Nordeste e Capitais pesquisadas, na Região – Variação em doze meses, terminados em março de 2024

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luis	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	4,72	3,23	3,36	4,06	3,29	3,64	3,93
Alimentação e Bebidas - p.p.	0,88	0,57	0,35	0,27	0,52	0,52	0,66
Habituação - p.p.	0,99	0,55	0,32	0,51	1,06	0,59	0,61
Artigos de Residência - p.p.	-0,06	-0,09	-0,07	0,04	-0,15	-0,07	-0,01
Vestuário - p.p.	0,22	0,01	0,16	0,12	0,19	0,14	0,13
Transportes - p.p.	0,78	0,52	0,54	0,75	0,41	0,59	0,76
Saúde e Cuidados Pessoais - p.p.	0,88	0,91	0,99	1,13	0,56	0,91	0,83
Despesas Pessoais - p.p.	0,38	0,38	0,55	0,64	0,50	0,47	0,51
Educação - p.p.	0,60	0,34	0,48	0,58	0,26	0,45	0,42
Comunicação - p.p.	0,04	0,04	0,03	0,03	-0,06	0,03	0,03

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).

Desempenho Fiscal do Governo Federal no Primeiro Bimestre de 2024

As contas do Governo Federal apresentaram um superávit primário de R\$ 20,9 bilhões no acumulado dos dois primeiros meses de 2024, bem abaixo do resultado obtido no mesmo período do ano anterior (R\$ 38,3 bilhões), de acordo com os dados divulgados pelo Tesouro Nacional. No entanto, quando se considera apenas o mês de fevereiro, as contas do Governo Federal fecharam com um déficit elevado, de R\$ 58,4 bilhões, o maior já registrado para este mês desde o início da série histórica, em 1997, o que pode ser considerado um resultado atípico, tendo em vista que incluiu a antecipação do pagamento de precatórios previsto para o ano todo, cujo montante de desembolso nesse mês alcançou o valor de R\$ 30 bilhões.

Um dos principais fatores para o fechamento positivo das contas do Governo Federal no primeiro bimestre de 2024 foi o crescimento real da arrecadação, que registrou expansão de 18% em fevereiro e de 9% no acumulado do bimestre. Dessa forma, os números do Tesouro reforçam a percepção de que a estratégia governamental para o desempenho fiscal neste ano está apoiada na expectativa de crescimento econômico mais robusto, que certamente vai impulsionar as receitas do Governo Federal, influenciado por uma política fiscal expansionista, que se traduz em maior flexibilidade dos gastos públicos. Por conta disso, as expectativas do mercado projetam um déficit primário de R\$ 80 bilhões para este ano, acima, portanto, da meta fixada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2024) de zerar o déficit fiscal neste ano. A margem de tolerância admitida pelas regras do arcabouço fiscal é de 0,25% do PIB (R\$ 28,8 bilhões) para cima e para baixo da meta fiscal. Vale ressaltar que o Governo aprovou, no ano passado, uma série de medidas para aumentar a arrecadação federal, com o objetivo de arrecadar o montante aproximado de R\$ 168,5 bilhões em 2024.

Os resultados já começam a aparecer, com o crescimento real de 18% da receita total, em fevereiro, enquanto a receita administrada pela Receita Federal cresceu 19%, por conta da variação positiva de alguns impostos e contribuições, a exemplo do PIS/Pasep e Cofins, com crescimento de 21,4%; do Imposto de Renda sobre Rendimentos de Capital (crescimento real de 58,03%), explicado fortemente pela arrecadação decorrente da tributação dos fundos de investimentos; do Imposto de Renda sobre Rendimentos de Residentes no Exterior (incremento real de 32,77%) e a Receita Previdenciária, com expansão real de 4,74%. Já a despesa total do Governo Federal em fevereiro registrou uma alta real de 27,4%, relativamente ao mesmo mês do ano passado, enquanto no primeiro bimestre o crescimento das despesas foi 17,1% acima do apurado em igual período de 2023. Portanto, na comparação do desempenho no primeiro bimestre de 2024, com o mesmo período de 2023, o resultado primário de R\$ 20,9 bilhões decorreu da combinação de aumento real de 9,5% da receita líquida e crescimento real de 17,1% da despesa total.

Já as contas do setor público consolidado, formado pelo Governo Federal, estados, municípios e empresas estatais (com exceção de instituições financeiras e a Petrobras), fecharam o primeiro bimestre de 2024 com um superávit de R\$ 53,5 bilhões, equivalentes a 3,01% do PIB, influenciado pelo resultado superavitário obtido no mês de janeiro, quando as contas públicas registraram um saldo positivo de R\$ 102,1 bilhões, o melhor da série histórica do Bacen para o período. Em fevereiro, as contas da União, estados e municípios tiveram um déficit de R\$ 48,7 bilhões, motivado pelo saldo negativo do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), de R\$ 57,8 bilhões, compensando em parte o superávit dos governos regionais e das empresas estatais, de R\$ 8,6 bilhões e R\$ 483 milhões, respectivamente.

O resultado nominal das contas públicas – formado pelo resultado primário e os gastos com juros – aumentou na comparação interanual. Em fevereiro, o déficit nominal ficou em R\$ 113,9 bilhões contra o resultado negativo de R\$ 90,6 bilhões em igual mês de 2023. Em 12 meses encerrados em fevereiro, o setor público acumula déficit de R\$ 1,015 trilhão, ou 9,24% do PIB, o maior déficit nominal para o período de 12 meses desde janeiro de 2021. Vale reforçar que o resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, servindo como um indicador importante para as decisões de investidores internacionais.

Os gastos com juros ficaram em R\$ 65,166 bilhões em fevereiro deste ano, um ligeiro aumento em relação aos R\$ 64,153 bilhões registrados em fevereiro de 2023, mas significativamente inferior às despesas

nessa rubrica registradas em janeiro deste ano, quando alcançou R\$ 79,914 bilhões. De acordo com o BC, não é comum a conta de juros apresentar grandes variações, especialmente negativas, já que os juros são apropriados por competências, mês a mês. Mas nesse resultado, há os efeitos das operações do Banco Central no mercado de câmbio (swap cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro) que, nesse caso, contribuíram para a piora da conta de juros em janeiro. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita quando há ganhos e como despesa quando há perdas.

Tabela 1 – Resultado do Tesouro Nacional - Fevereiro e 1º Bimestre de 2024 (Bilhões correntes)

Discriminação	"Jan-Fev"		% Real (IPCA)	"Fevereiro"		% Real (IPCA)
	2023	2024		2023	2024	
1. RECEITA TOTAL	410.938	468.405	9,0%	153.500	189.352	18,0%
2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	87.368	98.168	7,5%	50.716	56.858	7,3%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	323.570	370.236	9,5%	102.785	132.494	23,4%
4. DESPESA TOTAL	285.278	349.295	17,1%	143.399	190.938	27,4%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)	38.292	20.941	-46,9%	-40.614	-58.444	37,7%
Tesouro Nacional	75.731	61.540	-22,1%	-19.665	-34.673	68,7%
Banco Central	80	-107	-	83	38	-55,9%
Previdência Social (RGPS)	-37.519	-40.493	3,3%	-21.032	-23.809	8,3%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	2,3%	1,2%	-	0	0	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Tabela 2 – Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados no ano) - Jan e Fev. de 2024 - R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO-FEVEREIRO				JAN.-24	FEV.-24
	2023	% do PIB	2024	% do PIB		
Nominal	43 913	2,67	91 626	5,16	-22 232	113 858
Governo Central	59 657	3,63	105 099	5,91	-9 651	114 750
Governos estaduais	-9 692	-0,59	-13 027	-0,73	-12 650	- 377
Governos municipais	-8 186	-0,50	- 2 481	-0,14	- 2 020	- 461
Empresas estatais	2 134	0,13	2 035	0,11	2 089	- 53
Juros nominais	116 473	7,08	145 080	8,16	79 914	65 166
Governo Central	99 824	6,07	128 562	7,24	71 633	56 929
Governos estaduais	15 118	0,92	14 195	0,80	7 087	7 109
Governos municipais	623	0,04	1 456	0,08	757	699
Empresas estatais	908	0,06	867	0,05	437	429
Primário	-72 560	-4,41	-53 455	-3,01	-102 146	48 692
Governo Central	-40 167	-2,44	-23 463	-1,32	-81 283	57 821
Governos estaduais	-24 810	-1,51	-27 222	-1,53	-19 736	-7 486
Governos municipais	-8 809	-0,54	-3 938	-0,22	-2 778	-1 160
Empresas estatais	1 226	0,07	1 168	0,07	1 651	- 483
PIB acumulado no ano*	1 644 096	-	1 776 900	-		

Fonte: Bacen (2024).

* Dados preliminares.

(+) déficit (-) superávit

Agenda

Próximas Divulgações

terça-feira, 30 de abril de 2024

Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal

quinta-feira, 2 de maio de 2024

Relatório Focus

Estatísticas monetárias e de crédito